

MENOS PRECONCEITO É MAIS SAÚDE: conexão entre a ciência e o cotidiano.

Desejamos que este boletim seja o seu encontro bimestral com a Ciência, através da Divulgação Científica (DC) de temas de saúde da população LGBTQIAPN+. A DC visa popularizar o conhecimento científico, divulgando estudos e pesquisas para que os leitores possam conhecer e entender as implicações de seus resultados, tanto no contexto pessoal quanto no ambiente social.

Boa leitura a todos, todas e todes!



Caro leitor,

Nesta edição do boletim do “Menos Preconceito é Mais Saúde” nós temos um convite que pode parecer um pouco inusitado! Já pararam para pensar em como as pessoas LGBTQIAPN+ são sempre tratadas como se dissessem respeito a um assunto recente? Além disso, quando falamos de gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans, temos a tendência de representar esses corpos como jovens. Mesmo sabendo que pessoas LGBTQIAPN+ sempre existiram e estão presentes em todas as faixas etárias, a nossa sociedade ainda possui uma dificuldade de entender que esses corpos envelhecem.

Com tal cenário em mente, neste 1º de outubro, que marca o Dia Internacional da Pessoa Idosa, a nossa equipe aproveita esse espaço do Boletim para propor algumas reflexões sobre o envelhecimento LGBTQIAPN+. Tentando mapear algumas das especificidades desse público e fazendo ecoar as vozes que já batalham a visibilidade para esse grupo, nossa equipe organizou uma série de textos e reflexões sobre essa temática que merece toda a atenção. Contamos também com seus olhos e corações atentos! Boa leitura!

VERBETE: LGBTQIAPN+**Transição de Gênero**

Chamamos de “transição” o processo de reafirmação da identidade de gênero de uma pessoa trans, no qual o sujeito em questão promove ações com o objetivo de se adequar à sua identidade de gênero. As mudanças não são necessariamente para se encaixar em um padrão socialmente estabelecido e os procedimentos a serem realizados mudam de pessoa para pessoa, a depender de suas intenções e desejos.

Importante destacar que, embora a escolha de um nome social e de pronomes de preferência, a retificação de documentos, a hormonioterapia, a mudança de expressão de gênero e até mesmo os procedimentos cirúrgicos - como a mastectomia masculinizadora - sejam práticas comumente associadas com a transição de gênero e estejam presentes no discurso sobre vivências trans, esses processos não são mandatórios. Uma pessoa pode se afirmar trans e não ter o desejo de passar por todos esses processos. Cada narrativa de transição é diferente e deve ter em sua centralidade a subjetividade da pessoa que a experiencia.

Destransição de Gênero

O prefixo já entrega: destransição de gênero é o processo de reversão dos processos realizados por uma pessoa trans na sua jornada de identificação. Enquanto a pauta da destransição de gênero possui uma certa visibilidade midiática, as narrativas sobre o tema parecem dar enfoque à ideia do arrependimento, com o objetivo de evidenciar o perigo de uma transição mal conduzida e da progressão de uma narrativa de uma “epidemia” trans, que teria como consequência altos índices de destransição.

No entanto, a destransição nem sempre parte de uma escolha da pessoa. Existem relatos de pessoas trans que tiveram de destransicionar na velhice, por exemplo, devido à necessidade de acessar serviços de moradia específicos que não reconhecem a existência de pessoas trans, como é o caso de muitas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Assim, a destransição não acontece somente pelo arrependimento, mas também pela pressão social, pela incapacidade dos serviços públicos de reconhecerem corpos trans e até mesmo pela falta de recursos financeiros para dar continuidade ao processo de transição. Toda essa reflexão deixa claro que a produção de políticas públicas próprias para o público trans tem o potencial de diminuir as taxas de destransição.

VAMOS LER E REFLETIR

Será que todos envelhecemos da mesma maneira? Podemos falar de velhices? Como são as vivências de velhices distintas da heteronormatividade? O que significa “gerontologia LGBT” ou “velhice LGBT”? Quais os desafios enfrentados por essa população ao se sobreporem dois fenômenos igualmente complexos?

Sabemos que as pessoas LGBTQIAPN+ mais velhas vivenciam dupla carga de estigmas e preconceitos: o etarismo e a hostilização pela orientação sexual e identidade de gênero. Esses fatores são responsáveis pela maior probabilidade de sofrerem maus-tratos, discriminação, depressão e, consequentemente, prejuízos à saúde física. Gonçalves et al. (2018) destacam que a sexualidade, a orientação sexual e a identidade de gênero muitas vezes são desconsideradas nos cuidados de saúde durante o envelhecimento e a velhice. Hoy-Ellis et al. (2016) entrevistaram 2349 lésbicas, gays e bissexuais com idade mínima de 50 anos e observaram que o heterossexismo internalizado aumenta a probabilidade de essas pessoas desenvolverem depressão e outras condições crônicas de saúde.

Nesse sentido, a colaboradora Maria Nogueira, traz a indicação do livro “Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais”, da editora Alínea, de Campinas, ano de 2020.

A obra foi organizada pelos professores Ludgleydson Fernandes de Araújo e Henrique Salmazo da Silva e se dedica ao debate dos aspectos biopsicossociais da velhice LGBT. O livro apresenta a velhice LGBT como campo de estudos emergente na área da gerontologia e do envelhecimento e se soma aos poucos estudos produzidos, até então, sobre a velhice LGBT. No mesmo sentido, aponta particularidades e desafios das vivências de idosos LGBT – e da sua sexualidade –, a partir das publicações científicas mais recentes. Por fim, aponta alguns caminhos de abordagens dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais da gerontologia LGBT.

Os 12 capítulos estão conectados de maneira intuitiva, permitindo análises específicas ou apreensão de conteúdos mais gerais. A apresentação textual e gráfica é bastante didática e de fácil compreensão, dividida em tópicos, subtópicos e tabelas. Enfim, a obra traz estudos de abordagens de estudos qualitativos e quantitativos à luz de referenciais teóricos e metodológicos consistentes.

ENTRE VIDAS, ENTRE VISTAS

Hoje o nosso colaborador Enrico Poletti conversou com a professora de geografia e ativista do movimento trans Sayonara Nogueira Nader, tentando entender como está a situação atual do envelhecimento da população trans;

Boa tarde, Sayonara! Você poderia se apresentar para os nossos leitores? Nos diga um pouco sobre você!

Eu me chamo Sayonara Nogueira, sou de Uberlândia, Minas Gerais, tenho 50 anos e sou Geógrafa, especialista em educação inclusiva, professora efetiva na rede pública estadual de Minas Gerais, secretária de comunicação da Rede Trans Brasil, ativista trans...

Há algum tempo ouvimos ressoar a ideia de que a "expectativa de vida de uma mulher trans é de 35 anos". Isso quer dizer que essa população não está envelhecendo?

Eu tive contato com esse dado através dos relatórios de violência publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2014, levei os relatórios para a escola e começamos um trabalho de cartografia baseado neles, oportunidade em que localizei, junto dos meus estudantes, algumas “falhas” [naqueles dados].

Em 2016, iniciamos um monitoramento pela Rede Trans Brasil (que foi a primeira instituição brasileira a fazer esse trabalho), com o foco somente em pessoas trans. Quando analisamos o recorte idade, percebemos que as vítimas desses assassinatos eram pessoas trans que estariam entre 25 a 35 anos. Ou seja, esse dado refere-se à expectativa de morte, à idade média das pessoas trans assassinadas, o que, é importante destacar, ainda não reflete a realidade da nossa população, visto que há uma subnotificação desses dados e não foi realizado nenhum censo decenal que incluísse nossa comunidade. Desse modo, esse dado de expectativa de vida de uma pessoas de 35 anos, além de ser um dado falso, precariza ainda mais nossos corpos.

Como ativista e geógrafa, reconheço a necessidade da inclusão da identidade de gênero e orientação sexual no Censo, pois para que exista a promoção de políticas públicas para a comunidade trans, torna-se imprescindível a elaboração de diagnósticos baseados em números. E, para calcular uma suposta expectativa de vida de uma comunidade, é necessário ter indicadores dessa identidade de gênero no Censo, nas certidões de nascimento, de óbito e no sistema do Ministério da Saúde. Existe uma metodologia complexa para o cálculo desse dado.

Infelizmente, essa narrativa propagada por ONGs, órgãos do governo e inclusive pela universidade acentua os processos de identificação com a mortificação da própria existência. Um engodo que tem como objetivo somente a espetacularização do sofrimento da nossa comunidade, sem oferecer outras possibilidades para a promoção da vida e da saúde psíquica. Para finalizar, é errôneo afirmar que a população trans não envelhece, e isso impacta inclusive na formulação de políticas públicas para a população trans do país.

Na sua percepção, as políticas públicas se encontram preparadas para o envelhecimento da população trans? Quais os desafios a serem enfrentados nesse âmbito?

O Brasil avançou a passos lentos em relação a políticas públicas para a população trans, mas avançou. Temos como exemplo a Portaria do nome social na educação básica. Não víamos pessoas trans na educação básica e, graças a essa Portaria, hoje temos um aumento significativo de pessoas trans no processo de escolarização, o que é fundamental para a sua inclusão no mercado de trabalho.

Assim, pensamos nas políticas públicas no campo da saúde, da educação, da segurança pública. Entretanto, esquecemos do direito de envelhecer: de que forma o Estatuto do Idoso nos alcança; como o direito previdenciário vai impactar nas nossas aposentadorias; se existe a necessidade de casas de acolhimento específicas para a nossa comunidade... Portanto, é preciso uma agenda nova sobre essa tema, expondo a necessidade e urgência dessas políticas, visando combater as desigualdades que são permeadas de violações e processos de discriminação.

Quais os caminhos a serem tomados para a garantia de um envelhecimento com integridade para a população trans?

Precisamos de dados. Sem dados é impossível formular políticas públicas. O envelhecimento é um processo natural, mas com diversas camadas de vulnerabilidades.

.Envelhecimento com qualidade de vida e saúde integral deve ser prioridade do governo para toda a população brasileira. E essa qualidade de vida deve abarcar questões como a inclusão social, habitação, mobilidade urbana e o cuidado familiar. É preciso cumprir o art. 9º do Estatuto do Idoso que determina, como obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Você tem alguma indicação de filme ou livro para os nossos leitores se informarem mais sobre o assunto?

Gosto muito do livro do Caio Benevides Pedra, “Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil”, assim como do “Viagem Solitária” e do “Velhice Transviada” de João W. Nery.

FIQUE POR DENTRO

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), está oferecendo uma capacitação para os equipamentos e serviços de atendimento à população LGBTQIAPN+ nas áreas da saúde e da assistência social em Belo Horizonte.

As formações têm como objetivo fornecer um letramento básico sobre diversidade sexual e de gênero, o que passa pelo conhecimento de conceitos fundamentais, dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ nos serviços públicos e de orientações sobre o atendimento cidadão, humanizado e respeitoso a essas pessoas.

Essas formações são oferecidas em dois formatos distintos. Há a chamada “Formação da equipe técnica”, com carga horária de 3 horas, que visa aprofundar o conhecimento sobre letramento, direitos da população LGBTQIAPN+ e fluxos de atendimento dentro dos serviços e políticas públicas municipais. Ela acontece duas vezes por mês no prédio da SMASAC (Avenida Afonso Pena, 342, Centro). Há, ainda, a “Formação in loco”. Com duração de cerca de 1 hora, essa modalidade é realizada diretamente nas unidades requisitantes, proporcionando um aprendizado prático e contextualizado a todos os trabalhadores dos equipamentos de serviços, desde a recepção do espaço até o trabalho administrativo interno. Aborda temas como letramento, direitos, conceitos-chave e orientações para um atendimento humanizado e respeitoso à população LGBTQIAPN+.

Ficha Técnica:

Produção de conteúdo e redação: Maria José Nogueira (ESP/MG), Enrico Martins Poletti Jorge (Bolsista Fapemig), Carlos Antonio Mesquita Neto (UFOP), Bruno Reis de Oliveira (ESP/MG)

Realização**Parceria****Apoio**

Este boletim é uma realização do projeto "Menos Preconceito, é mais saúde: divulgação científica da população LGBT", financiado com recursos da FAPEMIG.